



PLANO DE ATIVIDADES



2013

PLANO DE ATIVIDADES 2013

FICHA TÉCNICA

Título: *Plano de Atividades da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. 2013*

Editor: *Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.*

Data de Edição: Abril 2015

Coordenação Global: *Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. 2013*

Coordenação Técnica: Angelina Morais Castro e Elisabete Almeida – Departamento Financeiro e de Recursos Gerais

Equipa Técnica: *Lígia Gomes e Carla Brito*- Departamento Financeiro e de Recursos Gerais

Design e Paginação: Departamento Financeiro e de Recursos Gerais

1. RESUMO

2013 deverá representar o ano de consolidação da 1ª fase da fusão dos 9 organismos que deram origem à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA). São evidentemente múltiplas as incertezas estratégicas e operacionais para 2013, em resultado do contexto nacional bem conhecido. Contudo, a criação da APA, I.P. teve o propósito de aumentar a eficácia e a eficiência da administração pública central em matéria ambiental, pelo que em 2013 serão centradas energias na operacionalização dessa orientação estratégica.

Assim, a APA, em linha com o Programa de Governo, com as Grandes Opções do Plano 2012-2015 e com a Estratégia Orçamental 2011-2015, tem as seguintes prioridades de ação para 2013:

- Aprofundamento da **REORGANIZAÇÃO INTERNA**, dando prioridade à desmaterialização e simplificação de processos vitais da organização: fluxo documental, contacto externo e divulgação; informação de base para planeamento e gestão ambiental; gestão financeira;
- Intensificação das **AÇÕES PROTEÇÃO DE PESSOAS E BENS**, com prioridade para a implementação do Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral (PAPVL), bem como para a reformulação e reabilitação das redes de monitorização ambientais (água, ar, clima, solos), e consolidação dos sistemas de vigilância e alerta de riscos (cheias, secas, segurança de barragens, poluição industrial, contaminações por substâncias perigosas, etc.);
- **CONSOLIDAÇÃO DO QUADRO LEGAL DE SUPORTE À POLÍTICA AMBIENTAL**, nomeadamente com a reforma do Regime Jurídico de Impactes Ambientais, e a transposição de Diretivas Europeias como a Diretiva de Emissões Industriais e Diretiva sobre o Comércio Europeu de Licenças de Emissão;
- **CONSOLIDAÇÃO DOS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO**, nomeadamente o Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), o Plano Nacional da Água (PNA), o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA), Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU), e o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Sistemas de Águas Residuais (PEAASAR). Todos estes instrumentos de planeamento assentarão na consolidação das ações de monitorização fundamentais para a atualização do conhecimento dos sistemas naturais e do seu funcionamento, bem como no binómio entre cumprimento custo-eficiente de objetivos e metas (definidos o mais das vezes por diretivas europeias) e no fomentar da economia eficiente em termos de

utilização de recursos, com especial vocação para as oportunidades de exportação;

- **INTEGRAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO DOS REGIMES DE LICENCIAMENTO, CONTRA-ORDENACIONAL E ECONÓMICO-FINANCEIRO**, em particular a implementação na área ambiental do Sistema de Indústria Responsável (SIR), fortemente associado ao SILiAmb – Sistema Integrado de Licenciamento Ambiental, e à maior sistematização e normalização das atividades de licenciamento/autorização. 2013 marca também o início de uma nova geração de licenciamento em matéria de fluxos específicos de resíduos (embalagens, resíduos elétricos e eletrónicos, óleos minerais usados, etc).

O **orçamento nominal** previsto da APA, I.P. para 2013 ascende a **86,0M€**. **A APA gere ainda do ponto de vista técnico 149,1M€ relativos aos fundos ambientais**. A APA conta com cerca de **838 colaboradores (as)** para concretizar as atividades previstas.

Os eixos de atuação da APA apresentados no presente Plano de Atividades não esgotam obviamente a panóplia de atividades levadas a cabo pela organização no âmbito das suas competências. O PA2013 assume deliberadamente um formato e conteúdo sintético para destacar as atividades prioritárias e principais, no quadro das orientações estratégicas da APA.

ÍNDICE

1. RESUMO	3
ÍNDICE	5
2. OS NOSSOS COMPROMISSOS	6
3. OS EIXOS PRINCIPAIS DE ATIVIDADE	7
3.1 Reestruturação Interna da APA, I.P.	8
3.2 Gestão Estratégica da Água	11
3.3 Gestão Estratégica do Ar e do Clima.....	14
3.4 Gestão Estratégica do Resíduos.....	16
3.5 Avaliação e Gestão Ambiental	18
4. OS RECURSOS	20
4.1 Financeiros	20
4.2 Humanos	21

2. OS NOSSOS COMPROMISSOS

6



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Aumentar o nível de Qualidade do Ambiente
2. Aumentar o nível de proteção de pessoas e bens face a situações de risco
3. Melhorar o conhecimento e a informação sobre o ambiente
4. Reforçar a participação pública e assegurar o envolvimento das instituições
5. Garantir a excelência no desempenho das competências atribuídas

FIGURA 1 – MISSÃO, LEMA E VISÃO DA APA, I.P.

3. Os EIXOS PRINCIPAIS DE ATIVIDADE

Com os recursos disponíveis para 2013, propomo-nos desenvolver as seguintes

atividades prioritárias:

3.1. REESTRUTURAÇÃO INTERNA DA APA, I.P.

3.2. GESTÃO ESTRATÉGICA DA ÁGUA

3.3. GESTÃO ESTRATÉGICA DO AR E DO CLIMA

3.4. GESTÃO ESTRATÉGICA DOS RESÍDUOS

3.5. AVALIAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL

3.6. COMUNICAÇÃO/EDUCAÇÃO-SENSIBILIZAÇÃO E CIDADANIA AMBIENTAIS



3.1 REESTRUTURAÇÃO INTERNA DA APA, I.P.

■ DESMATERIALIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO DE PROCESSOS

Como organização com competências abrangentes e equipas deslocalizadas a APA deverá apostar fortemente na eficiência de gestão de informação. Se, por um lado, os sistemas de informação para os processos de negócio contribuem para que dados e decisões possam ter uma tramitação eletrónica ao serviço dos decisores, os processos administrativos e organizacionais da APA terão de ser objeto de um processo dedicado. Os projetos foram estruturados para responder a duas áreas críticas para a organização: Processos e Bases de Dados. Os processos da nova APA serão objeto de redesenho e a sua arquitetura deverá materializar uma dinâmica de desmaterialização na relação com o cidadão, à custa da simplificação processual e dos mecanismos tecnológicos que estão ao dispor da administração pública com sucesso e experiência comprovada noutras áreas. Trata-se, por exemplo, da integração das valências do cartão do cidadão no contexto dos processos de credenciação e validação dos utilizadores, ou da efetivação dos mecanismos de delegação de competências já previstos na legislação (licenciamento) e que obrigam à simplificação processual suportada por mecanismos de gestão de informação tecnológicos robustos e fiáveis.

A nova APA gere um conjunto de processos de natureza diferente mas que partilham a realidade no dia-a-dia num aspeto essencial: o acesso ao histórico de dados de processos de negócio que é tão relevante para o processamento das decisões periciais. Em alguns casos no licenciamento do domínio hídrico, por exemplo, são dezenas de milhares de processos cuja informação crítica se encontra exclusivamente em papel, relativa a períodos anteriores à existência de sistemas dedicados. Estes sintomas resultam de anos de alterações institucionais e organizativas que levaram a desmaterialização e recuperação de passivo para segundo plano. As iniciativas a levar a cabo nesta área deverão ter como objetivo investir na integração tecnológica dos dados de histórico de forma a permitir ter a realidade global das competências da APA modeladas num mesmo ambiente tecnológico, aumentando significativamente a eficiência das várias equipas técnicas na apreciação e avaliação dos processos entre mãos.

Incluem-se neste eixo os seguintes programas de ação:

- Desmaterialização de processos de Negócio através nomeadamente de um novo sistema de gestão documental para toda a APA.
- Melhoria Da Eficiência Operacional da APA- SAMA continuidade.

▪ **DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO DO AMBIENTE (SILiAMB)**

Com a APA, I.P. houve lugar à unificação de utilização de plataformas de licenciamento *online*. Esta unificação resultou no SILiAmb, uma plataforma que abarca para já vastas matérias de recursos hídricos e alguns processos da área ambiental, designadamente no respeitante aos movimentos transfronteiriços de resíduos e avaliação de compatibilidade de localização.

Em 2013 há necessidade de continuar o desenvolvimento deste sistema, designadamente através da dotação de funcionalidades efetivamente estruturantes para o sistema, bem como a integração de mais áreas funcionais da APA (p.e. Licença Ambiental, Avaliação de compatibilidade de localização no quadro do Dec-Lei 254/2007) que se pretendem integrar no domínio do Licenciamento. Importa ainda iniciar o processo de “migração” do MIRR para o SILiAmb, bem como preparar a possibilidade de entrega eletrónica do Relatório Ambiental Anual e garantir a interoperabilidade entre o SILiAmb e as plataforma SIR e REAP.

Incluem-se neste eixo os seguintes programas de ação:

- Desenvolvimento SILiAmb - sistema integrado para o licenciamento do ambiente
- Regime de Exercício de Atividade Industrial (REAI) - Desmaterialização – SAMA

▪ **INTEROPERABILIDADE E CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EXISTENTES**

Esta área de atuação irá focar-se numa velha problemática dos sistemas de informação e digitalização de processos: a interoperabilidade de dados e processos. O aumento da eficiência no cumprimento das obrigações e competências da APA será também realizado à custa do investimento nos mecanismos de comunicação entre diferentes sistemas de informação. Desde logo há duas vertentes: a comunicação entre sistemas existentes internos à APA e a comunicação destes com o exterior.

No que diz respeito à primeira vertente, destaca-se:

- Dados do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH) e SILiAmb – obtendo-se o ciclo completo da água, entre os ciclos de precipitação e o retorno aos meios recetores depois de utilizada em diversos fins.
- Dados e processos do futuro e reformulado SIRAPA e o presente SILiAmb – sendo vários os casos, desde a partilha de entidades e estabelecimentos com responsabilidades de reporte a nível nacional.
- Dados de todos os sistemas num único portal de sistema de informação geográfica evoluído do presente SNIAMB.



Na **relação com o exterior**, destaca-se:

- Agência para a Modernização Administrativa - Desde logo o processo relativo ao SIR (padronização de licenças / autorizações) e documentos de referência para atuação das Entidades Acreditadas, garantir a implementação no domínio do ambiente do novo Regime de exercício da Atividade Pecuária.
- Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território - A relação da APA com as outras entidades do MAMAOT será tão mais eficaz quanto maior a integração com os sistemas de informação e interoperabilidade entre os mesmos. Processos de licenciamento, fiscalização, monitorização, reporte a instâncias europeias, avaliação e autorização ou simplesmente

pesquisa de pareceres constituem um manancial de informação que, estando organizada de forma metodologicamente e tecnologicamente adequada, permitirão a qualquer uma das entidades sob tutela do MAMAOT operar de forma mais colaborativa e eficaz.

- Demais Ministérios - A definição de uma plataforma de interoperabilidade irá permitir que um *stakeholder* externo com ligações a processos de negócio da APA possa protocolar mecanismos de partilha e cruzamento de dados que visem consubstanciar aumentos de eficiência e diminuição de tempos de resposta perante solicitações recorrentes ou mesmo pontuais.

3.2 GESTÃO ESTRATÉGICA DA ÁGUA

Em 2013 a APA persistirá no objetivo de consolidação de uma política da água sustentável e participada, apoiada no conhecimento dos sistemas hídricos e do seu funcionamento, e com uma visão de modernidade (dotar-se dos instrumentos de gestão que constituam as melhores práticas disponíveis) e de médio e longo prazo (de tal forma que as atividades do presente não condicionem, antes potenciem, as ações e empreendimentos futuros).

Assim, as atividades iniciadas e relançadas em 2011 – 2012, como sejam, entre outros, o Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral (2013 – 2015), a reativação da Convenção de Albufeira, o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA), serão continuados e aprofundados.

▪ PLANO DE AÇÃO DE PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DO LITORAL

O PAPVL (2013 – 2015) será implementado entre 2013 e 2014, após a aprovação das candidaturas efetuadas junto do POVT e do FPRH. Serão assim gradual e continuamente lançados os procedimentos de projetos ou empreitadas identificados com as prioridades máxima e elevada no Plano,

de acordo com os critérios de minimização de risco que presidiram à sua elaboração.

A reativação do **Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)**, que teve lugar em 2012, procura garantir uma gestão da água adequada aos conhecimentos técnicos do presente com uma atitude responsável de prevenção face ao futuro. O PNUEA foi reformulado com base em padrões exigentes que consideram a eficiência (hídrica e energética) e a racionalidade do modelo de gestão da água como pilares fundamentais. Está já em funcionamento a nova Comissão de Implementação e Acompanhamento do PNUEA, com larga participação dos setores mais interessados e da sociedade civil, que, em 2013, se debruçará fundamentalmente sobre a atualização das medidas a implementar e das metas a atingir, bem como priorizar as ações a desenvolver para alcançar os objetivos do plano. Definir-se-ão igualmente as linhas de articulação entre o PNUEA e os novos PGRH, em elaboração, para que prepondere uma abordagem integrada e complementar destes dois importantes instrumentos de planeamento. De acordo com o referido terão início as medidas e ações consideradas prioritárias.

▪ **MONITORIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS**

Em 2013 espera-se igualmente pôr cobro à deterioração progressiva do estado das **redes de monitorização de recursos hídricos**, através de da apresentação de uma candidatura ao POVT com vista ao seu reapetrechamento. A deterioração que de forma continuada se tem observado desde 2008, por falta de investimento e de manutenção, vinha pondo em causa a colaboração da APA com os serviços de Proteção Civil, colocando em risco a salvaguarda de pessoas e bens, bem como a obtenção de dados para outras finalidades, nomeadamente para verificação dos valores que constam da Convenção de Albufeira.

O Sistema Integrado de Licenciamento Ambiental (SILiAmb), em plena e efetiva exploração desde 23 de outubro de 2012, permite já hoje um licenciamento atempado e de qualidade, bem como a recuperação do passivo existente. Em 2013, ano em que se preconiza venha a estar completo na temática dos recursos hídricos, será complementado para os títulos ainda em falta e serão implementadas as funcionalidades de fiscalização e a interoperabilidade com o sistema de emissão das notas de liquidação das Taxas de Recursos Hídricos, bem como com outras plataformas externas, como sejam o REAI/SIR e a plataformas de licenciamento de atividades. Será também objeto de estabelecimento de protocolos com entidades terceiras com vista à instrução de pedidos de títulos, numa ótica de proximidade aos utilizadores e de facilitação da utilização do sistema.

▪ **PLANEAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS:**

UMA NOVA GERAÇÃO

Em 2013 inicia-se um novo ciclo de planeamento e gestão da água. Este ciclo assentará nos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) de 2.ª geração. A APA está já a trabalhar no novo ciclo, tendo apresentado em dezembro de 2012 o respetivo programa de trabalhos e calendário de execução à Comissão Europeia. O grupo de coordenação do processo de implementação dos planos inclui, desta feita, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Para esta próxima fase de planeamento será essencial ter uma visão estratégica para a gestão dos recursos hídricos. Foi nesse sentido que se reformulou a preparação do Plano Nacional da Água (PNA), outro instrumento que estava deficientemente estruturado, tendo sido objeto de críticas repetidas no Conselho Nacional da Água. Em preparação para o final do primeiro semestre de 2013, o PNA irá: (i) analisar impactes sobre os planos setoriais relevantes; (ii) avaliar os custos e impactes sobre a sociedade; e (iii) a oportunidade de elaboração de Planos específicos; (iv) apresentar linhas orientadoras para a revisão intercalar dos PGRH; e, (v) delinear os objetivos estratégicos para 2015 e 2021.

Será também em 2013 que será dado impulso ao processo de revisão dos **Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)**, com a elaboração de novos planos enquadrados numa ótica de gestão holística das águas, tendo por base o ordenamento e gestão por região Hidrográfica (5 planos em vez dos 9 em vigor). As aprendizagens da implementação dos POOC nos últimos 16 anos, conduzem-nos a uma perspetiva de planos de 2ª geração necessariamente mais flexíveis e adaptativos, que acautelem especificidades locais, e de pendor fortemente estratégico ao invés de planos excessivamente normativos que não atendam às dinâmicas próprias destes territórios e ao grau de incerteza associado a eventuais cenários futuros.

▪ RECURSOS HÍDRICOS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Com vista ao tema da adaptação às alterações climáticas está a ser elaborado um projeto que permitirá concretizar a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (EN AAC) em matéria de Recursos Hídricos, com os seguintes objetivos:

- Identificar e caracterizar em pormenor as áreas de maior risco de inundação costeira e fluvial e de risco de seca, tendo em conta os cenários existentes de alteração climática;

- Promover o conhecimento dos mapas de risco junto de agentes decisores e da população;
- Desenvolver e disponibilizar ferramentas que permitam identificar os impactos dos vários cenários climáticos, à medida que estes sejam atualizados;
- Avaliar a eficácia de possíveis medidas de adaptação aos riscos identificados.

Sob orientação do MAMAOT, outra grande prioridade da APA será colaborar na revisão do **Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR)**.



3.3 GESTÃO ESTRATÉGICA DO AR E DO CLIMA

■ AR

Ao nível da qualidade do ar e do conhecimento acumulado na última década, sobressai a necessidade de estabelecer inter-relações com outros domínios relevantes e de garantir uma coerência entre as políticas a adotar em matéria de emissões e em matéria de qualidade do ar, bem como realizar uma abordagem integrada e harmonizada entre os vários níveis de governação (nacional, regional e local). Assim pretende-se dar um novo impulso nesta temática, com o desenvolvimento das linhas de orientação que suportem a elaboração da **Estratégia Nacional para um Ar Mais Limpo – ENAR 2014-2020**.

Ainda em 2013, ano declarado pela união europeia como “Ano do Ar”, serão efetuadas várias ações no domínio da **comunicação e sensibilização** tendo em vista alertar consciências para as consequências na saúde humana da persistência de problemas de poluição atmosférica.

Incluem-se neste eixo os seguintes linhas de ação:

- Preparação de linhas de orientação de apoio ao desenvolvimento de uma estratégia nacional para a melhoria da qualidade do ar

- Início dos trabalhos de preparação da Estratégia Nacional para um Ar mais Limpo – ENAR 2014 - 2020
- Participação na iniciativa *Lisbon Triathlon Bike Tour to a Clean Air* - evento âmbito do Ano Europeu da Qualidade do Ar “2013 - Ano do Ar”, realizado em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e a Federação Nacional de Triatlo
- Continuação da articulação entre a APA, as CCDR e entre estas e os municípios em matéria de gestão da qualidade do ar em Portugal.

■ ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O ano de 2013 marca o início de um novo período de cumprimento do Protocolo de Quioto e igualmente do período abrangido pelo Pacote Energia-Clima acordado em 2009. Em 2013 inicia-se ainda a preparação da nova estratégia de política climática visando a transição de Portugal para uma economia competitiva e resiliente de baixo carbono no horizonte até 2030.

Os objetivos até 2020 enquadram-se numa trajetória de redução de emissões coerente com o objetivo de mais longo prazo da União Europeia de redução de emissões em pelo menos 80% no horizonte 2050.

O reconhecimento da vulnerabilidade de Portugal aos impactos das alterações climáticas (sentindo-se com maior frequência e intensidade as secas prolongadas, bem como os incêndios florestais de grande dimensão) e a modernização das atividades económicas no sentido de obter uma maior eficiência de utilização de recursos, conforme identificadas no Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC).

A política climática nacional no período pós-2012 deve assim privilegiar a implementação de políticas domésticas com efeitos *i)* ao nível da **redução doméstica de emissões** e *ii)* da **redução dos riscos e melhoria da resiliência aos impactes das alterações climáticas**. Neste sentido, serão desenvolvidas as grandes linhas programáticas da política climática no período 2013-2020, incidindo em quatro grandes áreas de atuação: mitigação; adaptação; investigação e desenvolvimento; cooperação e internacionalização. Estas linhas programáticas deverão ser acompanhadas de ações de sensibilização, comunicação e capacitação, de forma transversal tendo como veículos privilegiados os instrumentos estratégicos de política climática: o **Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020 (PNAC 2020)** e a **Estratégia**

Nacional para as Alterações Climáticas (EN AAC) e, como instrumento financeiro, o **Fundo Português de Carbono**.

Incluem-se neste eixo os seguintes linhas de ação:

- Definição de linhas de orientação para uma economia competitiva, resiliente e de baixo carbono no horizonte 2020/2030
- Aplicação do regime CELE 2013-2020;
- Conclusão da 1ª fase de implementação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (EN AAC), com produção do respetivo relatório de progresso e identificação das linhas de orientação para a fase subsequente;
- Lançamento do programa de financiamento de Adaptação às Alterações Climáticas – AdaPT, no âmbito dos EEA Grants;
- Realização de Conferência Internacional sobre Adaptação às Alterações Climáticas – *“Too much, too little – The role of water on adaptation to climate change”*;
- Preparação da 6ª Comunicação Nacional no âmbito da UNFCCC.
- Início da preparação do PNAC 2020/30.



3.4 GESTÃO ESTRATÉGICA DO RESÍDUOS

O objetivo central da atividade da APA em matéria de resíduos, n no âmbito do **Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR)**, consiste em melhorar a qualidade na gestão de resíduos e fomento da competitividade para operadores económicos com vista à prossecução de uma **economia circular**. A Apa irá assim trabalhar no sentido de fomentar da utilização sustentável de recursos pelo reforço da prevenção da produção de resíduos e incentivo à sua reutilização e reciclagem através do pleno aproveitamento do mercado de resíduos, como forma de consolidar a sua valorização, incluindo a aplicação do fim de estatuto de resíduo, com vantagens para os agentes económicos, fechando o ciclo de vida do produto.

A APA irá ainda incrementar a prevenção no que respeita aos regimes de **responsabilidade ambiental** e **solos contaminados** desenvolvendo mecanismos que possibilitem aos intervenientes reforçar o conhecimento sobre estas matérias e atuar numa ótica de redução do risco ambiental inerente às atividades.

▪ REGIME GERAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS

Linhas de ação:

- Preparar os processos de licenciamento de Entidades Gestoras de Fluxos Especiais de Resíduos, com prioridade em 2013 para apresentação de proposta ao governo relativamente ao SIGRE;
- Acompanhar e licenciar instalações de tratamento de resíduos referidas nos termos do DL 73/2011;
- Acompanhar e licenciar as instalações de incineração de resíduos nos termos do Regime das Emissões Industriais (REI);
- Harmonizar o licenciamento de operações de gestão de resíduos com as Autoridades Regionais de Resíduos - CCDR;
- Atuar como entidade coordenadora de licenciamento dos 2 CIRVER e aplicar o Decreto-Lei n.º 3/2004, de 3 de janeiro (Diploma dos Centros integrados de recuperação, valorização e eliminação de resíduos perigosos (CIRVER))
- Monitorizar a implementação do Plano de Prevenção de Resíduos Urbanos;
- Elaborar notas técnicas de interpretação dos diplomas;
- Acompanhar a atividade dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos;
- Elaborar os Relatórios setoriais (Lamas, Resíduos Urbanos);
- Acompanhar a elaboração do Plano Estratégico de Resíduos Urbanos 2020 (PERSU 2020).

■ RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Linhas de ação:

- Efetuar o acompanhamento dos danos ambientais ou ameaças iminentes dos danos reportados a esta Agência
- Rever o documento “Resposta a Perguntas Frequentes – Responsabilidade Ambiental”.

■ PROTEÇÃO E REMEDIAÇÃO DE SOLOS

Linhas de ação:

- Desenvolver o projeto legislativo que estabelece o regime jurídico aplicável à proteção e remediação dos solos com vista à salvaguarda da saúde humana, do ambiente e da qualidade de vida;
- Elaborar os diversos guias metodológicos, para avaliação da contaminação/poluição dos solos, medidas necessárias à eliminação dessa poluição e medidas de controlo e prevenção da poluição dos solos

- Acompanhar a revisão do Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR);
- Acompanhar a revisão do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Industriais (PESGRI).



3.5 AVALIAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL

▪ INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

Com vista a estimular a adoção de sistemas de gestão ambiental das empresas/organizações e de compras públicas ecológicas, a APA irá finalizar a proposta de **Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2013-2016**, procurando articular as questões ambientais com as vertentes económica e social, bem como o **Plano de Ação para promoção do Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS)**, no sentido de aumentar a sua eficiência e capacidade de atração para as organizações.

Na **avaliação e gestão do risco e das emergências radiológicas**, o enfoque centra-se na melhoria do grau de operacionalidade da **rede de Alerta de Radioatividade no Ar (RADNET)**, designadamente através da aquisição de uma estação central. No âmbito do Regulamento **REACH**, a Apa irá ainda apresentar a primeira proposta nacional de classificação e rotulagem harmonizadas de substâncias perigosas e a avaliação de risco ambiental da substância atribuída a Portugal no 1.º Plano de Ação Evolutivo Comunitário (CoRAP).

Incluem-se neste eixo os seguintes linhas de ação:

- Conclusão da proposta de Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas para o período 2013-2016, em parceria com a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública I.P (ESPAP)
- Elaboração de proposta de Plano de Ação para Promoção do registo no Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS)
- Início do processo de avaliação de risco ambiental da substância atribuída a Portugal, no âmbito do Regulamento REACH
- Reforço e atualização da rede de monitorização Radiológica RADNET.

▪ ALTERAÇÕES AO ACERVO LEGISLATIVO E AOS PROCEDIMENTOS DE LICENCIAMENTO NA ÁREA DO AMBIENTE

Dada a situação económica e social do país torna-se premente criar condições que potenciem o crescimento económico e o emprego, sendo para o efeito indispensável propiciar um ambiente favorável ao crescimento

privado, salvaguardando as questões ambientais e mantendo a equidade no espaço europeu.

Neste contexto, será essencial repensar a legislação ambiental aplicável em sede de licenciamento das atividades económicas, no sentido da sua harmonização e simplificação, de forma a facilitar a sua interpretação e aplicação, evitando por um lado a atual dispersão legislativa e, por outro, custos desnecessários relacionados principalmente com a morosidade dos procedimentos e a multiplicidade de licenças.

Dar-se-á também início a um projeto de reengenharia dos processos de licenciamento/autorização da competência da APA, numa lógica de agilização/desmaterialização de processos e numa perspetiva de acréscimo de eficiência, de aumento da eficácia e de plena satisfação dos cidadãos e das empresas.

Incluem-se neste eixo os seguintes linhas de ação:

- Preparação do projeto de diploma relativo ao novo Regime de Emissões Industriais (REI - que transpõe a Diretiva n.º 2010/75/EU relativa à emissões industriais) que congrega 5 regimes num único diploma (Prevenção e controlo integrado de poluição, incineração e coincineração de resíduos, grandes instalações de combustão (GIC) e compostos orgânicos voláteis (COV), instalações da indústria de dióxido de titânio)

- Revisão dos regimes relativos ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), à Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e à Certificação Energética e da Qualidade do ar interior em Edifícios e dos valores limite de emissão de poluentes atmosféricos e respetivos limiares mássicos
- Conceção e elaboração de um quadro legal relativo a um novo modelo de licenciamento integrado considerando todas as valências da APA na matéria e contendo a informação necessária ao licenciamento das atividades industriais

■ REDE LABORATORIAL

O projeto da rede laboratorial da APA, I.P. é crucial para a melhoria da operação e da qualidade de serviço nas competências-chave da Agência. Em particular, assume carácter central a certificação do Laboratório de Referência do Ambiente (LRA), algo que não acontece há quase uma década! É assim prioridade dotar a rede laboratorial APA de estruturas eficientes que permitam dar resposta à legislação nacional e internacional e implementar uma estratégia de prestação de serviços externos e uma política de acreditação única.

Incluem-se neste eixo os seguintes linhas de ação:

- Criar uma bolsa de auditores internos para realização de auditorias internas;
- Acreditar todas as unidades da rede laboratorial da APA
- Aumentar o número de parâmetros no âmbito da acreditação
- Elaborar uma tabela de preços comum para toda a rede laboratorial.



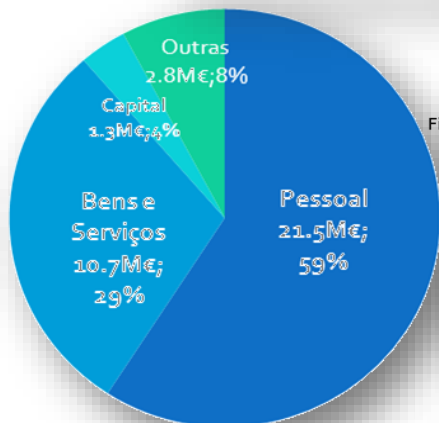
4. Os RECURSOS

4.1 FINANCEIROS

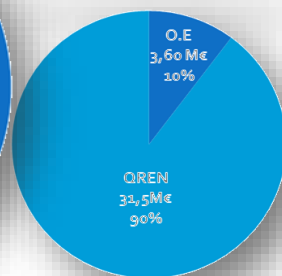
Orçamento APA,IP - 86M€



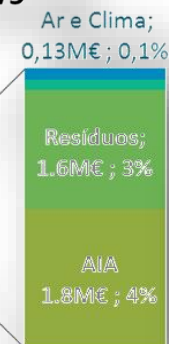
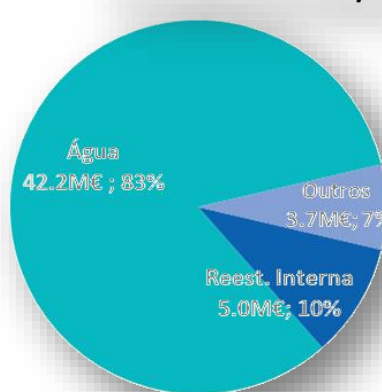
Funcionamento APA,IP - 35,1 M€



Financiamento do Funcionamento

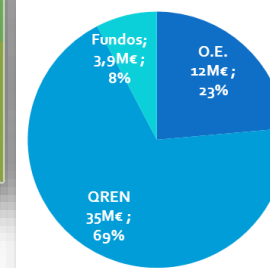


Investimento APA,IP - 50,9 M€



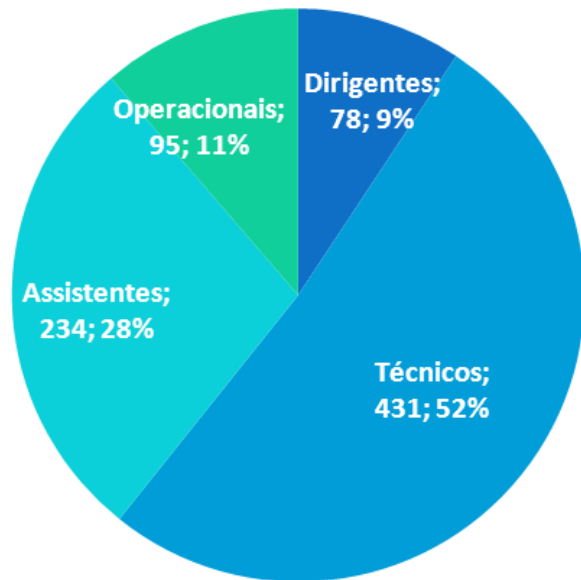
Econ. Verde
0,15M€; 0,1%

Financiamento do Investimento



4.2 HUMANOS

Mapa de Pessoal APA,IP - 838PT's



ANEXO – PLANO DE INVESTIMENTOS

O Plano de Investimento apresenta receitas maioritariamente comunitárias, nomeadamente na área da Gestão Estratégica da Água e na reestruturação interna da APA,IP, razão pela qual estas áreas têm maior número de projetos.

ÁREA / EIXO	n.º de projetos/ iniciativas	TOTAL (euros)	INVESTIMENTO por fonte de receita		
			NACIONAL	COMUNITÁRIO	FUNDOS
4.1 REESTRUTURAÇÃO INTERNA DA APA, I.P.	13	5.294.625,85 €	37,8%	62,2%	0,0%
• Desmaterialização E Simplificação De Processos	4	2.272.069,60 €	15,0%	85,0%	0,0%
• Desenvolvimento do Sistema de Licenciamento do Ambiente (Siliamb)	3	1.633.250,00 €	65,5%	34,5%	0,0%
• Interoperabilidade e Consolidação Dos Sistemas De Informação Existentes	6	1.389.306,25 €	42,4%	57,6%	0,0%
4.2 ECONOMIA VERDE	1	100.000,00 €	100,0%	0,0%	0,0%
4.3 GESTÃO ESTRATÉGICA DA ÁGUA	48	42.109.144,43 €	15,3%	75,5%	9,2%
• Redução da Vulnerabilidade e do Risco de Pessoas, Bens, Ambiente e Património, em Particular as Cheias, Secas, Riscos Costeiros e Segurança de Barragens	21	24.194.536,04 €	1,6%	89,1%	9,3%
• Ações de Proteção e Valorização dos Recursos Hídricos, Incluindo o Plano de Ação para o Litoral	15	5.336.843,30 €	51,6%	48,5%	0,0%
• Plano de Valorização e Proteção de Corredores Fluviais	8	5.878.128,10 €	5,3%	76,3%	18,3%
• Gestão de Recursos Hídricos e Informação de Suporte	4	6.699.637,00 €	44,8%	46,9%	8,3%
4.4 GESTÃO ESTRATÉGICA DO AR E DO CLIMA	1	127.070,00 €	100,0%	0,0%	0,0%
4.5 GESTÃO ESTRATÉGICA DOS RESÍDUOS	2	1.595.000,00 €	100,0%	0,0%	0,0%
4.6 AVALIAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL	3	1.716.090,00 €	100,0%	0,0%	0,0%
TOTAL GERAL	68	50.941.930,28€	23,6%	68,8%	7,6%

